

FURTADO CONTRA A CEPAL: O AFASTAMENTO DO PENSAMENTO FURTADIANO EM RELAÇÃO ÀS IDEIAS CEPALINAS

Mônica Heloísa Coutinho^{*}
Marisa Silva Amaral^{**}

Resumo

Este trabalho situa-se na linha da História do Pensamento Econômico e procura fazer uma análise crítica do pensamento de Celso Furtado colocado em confronto com a perspectiva oficial da CEPAL do decorrer da segunda metade do século XX até os dias atuais, particularmente no que toca à visão sobre o processo de desenvolvimento latino-americano conformado de um modo geral nas ideias cepalinas. O objetivo aqui é o de verificar os pontos de encontro e desencontro da teoria furtadiana com a teoria cepalina. São apresentadas as visões da CEPAL e de Furtado enquanto estas possuíam elementos em comumem torno do tema desenvolvimento, a forma pela qual a visão do autor foi afastando-se do entendimento da Comissão e, em seguida, o total desencontro das ideias de Furtado em relação às da chamada Nova CEPAL. Conclui-se que houve um afastamento das ideias do autor em relação ao pensamento da Comissão nos anos 1950 e 1960, sendo que Furtado passou a usar de novos elementos em sua análise para explicar o desenvolvimento latino-americano, elementos estes que não estavam presentes na análise clássica da Comissão, assim como também não o estavam na análise “novo cepalina”.

Palavras-chave: Celso Furtado, CEPAL, Nova CEPAL, América Latina, desenvolvimento.

Introdução

O estudo em questão se insere na linha de História do Pensamento Econômico e tem como tema principal o entendimento do pensamento de Celso Furtado em contraponto com as teses oficiais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) acerca da temática do desenvolvimento latino-americano, suas possibilidades, vias e limites. A visão da Comissão ganhou importância na América Latina durante as décadas de 1950 e 1960, quando se intensificaram os esforços para que os países latino-americanos se industrializassem, visão com a qual a CEPAL concordava. Como membro da Comissão, Furtado teve seu nome ligado ao pensamento cepalino mesmo após se afastar deste, e é até hoje considerado um ícone do desenvolvimentismo.

A justificativa para se estudar o tema em questão é a importância de se buscar explicações acerca do subdesenvolvimento latino-americano e da relação entre o

^{*} Bacharel em Economia pelo IEUFU e Mestranda em Economia pelo IEUFU.

^{**} Doutora em Economia pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IEUFU.

desenvolvimento dos países do centro com o dos países periféricos. Além disso, o trabalho visa entender como se colocam as contradições entre as teorias que buscaram explicar o desenvolvimento nestas nações, sendo aqui abordadas tanto a teoria cepalina quanto as obras de Furtado.

O problema central do estudo está em buscar entender até que ponto o arcabouço cepalino e o pensamento de Celso Furtado conversam entre si e convergem para uma mesma concepção acerca dos meios para se alcançar o desenvolvimento. A hipótese que responde a este problema é a de que, após um período de amadurecimento de seu pensamento, Furtado deixa de se guiar pela análise da Comissão e dá início a uma nova fase de suas ideias, indo por caminhos dos quais a Nova CEPAL diverge.

O objetivo geral do trabalho é verificar as semelhanças e diferenças da análise furtadiana sobre o desenvolvimento, em contraste com o que fica conhecido como a teoria cepalina, diante da evolução do pensamento de ambas. Ressalte-se o entendimento aqui assumido de que a CEPAL não representa uma camisa de força, no sentido de que ou se está dentro ou se está fora dela. A Comissão diz respeito a um conjunto de autores que têm em comum o uso do referencial histórico-estrutural. Neste tocante, ficam mais nítidas as aproximações do que os afastamentos de Furtado em relação à Comissão. Daí a necessidade de enfatizarmos sempre que possível que nosso propósito neste trabalho é o de lidar com a questão particular do desenvolvimento latino-americano, ponto sobre o qual vão se construindo as divergências de ideias, ainda que o aparato teórico-metodológico permaneça idêntico. Neste sentido, nunca é demais dizer que Furtado jamais abandona a análise centro-periferia e a noção de heterogeneidade estrutural; diante deste pano de fundo, entretanto, uma nova visão se abre quanto às perspectivas de desenvolvimento que vislumbra para os países latino-americanos nos marcos do capitalismo, e é justo sobre esse elemento que pretendemos aqui nos debruçar.

Neste sentido, como objetivos específicos temos que o trabalho visa descrever o pensamento da CEPAL clássica nos anos 1950 e 1960 e a forma pela qual este influenciou e foi influenciado pelas ideias de Furtado no período em questão. Também buscam-se apresentar as críticas sofridas por este referencial, em especial as feitas pelos teóricos da dependência, uma vez que um dos propósitos subjacentes deste ensaio é o de compreender se faz sentido, como sugerem Blomström e Hettne (1990), situar o pensamento cepalino (mais particularmente o pensamento furtadiano) – a partir de sua autocrítica e da percepção em torno dos limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo – num campo mais radical de análise sobre o desenvolvimento latino-americano, mais propriamente como uma

das vertentes da teoria da dependência. Daí a razão para buscarmos uma possível adesão no campo cepalino, via Furtado, à noção do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” que inspira os principais teóricos da dependência a concluírem em favor de uma impossibilidade de desenvolvimento periférico nos marcos do capitalismo. Para isso, o trabalho objetiva trazer os elementos que levaram Furtado a um novo entendimento sobre os rumos do desenvolvimento e explicar como estes evoluem na nova linha de análise utilizada pelo autor. Por fim, pretende-se verificar a evolução do pensamento cepalino na década de 1990 e os pontos nos quais a visão do autor destoa deste último, de modo a esclarecer as diferenças entre as duas.

Para atender aos propósitos anunciados, o artigo está dividido em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. A primeira trata da recuperação do pensamento clássico da CEPAL, particularmente no que diz respeito ao processo de industrialização e suas repercussões, seguido das críticas “dependentistas” feitas a esta perspectiva. A segunda traz a forma como evoluiu a análise de Furtado nas décadas posteriores a 1960, quando o autor incorpora novos elementos ao seu entendimento. A terceira seção recapitula a ênfase dada pela CEPAL dos anos 1990 ao processo de transformação produtiva com equidade (TPE) e, em seguida, traz as críticas feitas a essa concepção e os afastamentos de Furtado em relação a ela. Nas considerações finais faz-se um balanço sobre o debate como um todo.

1. A CEPAL clássica e a emergência do pensamento de Furtado

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada num momento crítico da economia internacional (final dos anos 1940, início dos 1950), no qual emergiam debates acerca do desenvolvimento dos países. O debate sobre este tema era o disseminado pela escola clássica, que elencava etapas pelas quais as sociedades deveriam passar para se desenvolverem; também ganhava cada vez mais notoriedade a escola keynesiana de pensamento. Com isso, no que concerne às economias da América Latina, era indispensável que se pensasse em alternativas teóricas que considerassem as peculiaridades da região, das economias individualmente e dos processos históricos pelos quais estas passaram.

Os elementos que compunham o pensamento da CEPAL no período em questão estavam relacionados à industrialização das economias latino-americanas, à deterioração dos termos de intercâmbio e aos desequilíbrios estruturais percebidos na balança de pagamentos, além de preocupações com a questão da integração regional. Dentro disso, a instituição

identificava algumas condições às quais estes países estavam sujeitos, tais como a tendência à inflação estrutural e ao desemprego, as consequências causadas pela especialização e pela heterogeneidade estrutural e também as causadas pelo processo de substituição de importações.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a instituição contava com a colaboração de dois teóricos que debatiam o tema do desenvolvimento das economias da América Latina, Raul Prebisch e Celso Furtado; os autores em questão estavam inseridos no debate sobre a industrialização destes países. Foi Prebisch, em seu texto de 1949, quem instigou o pensamento dos intelectuais da época, voltando seus esforços para a construção de uma análise da mudança do caráter das economias latino-americanas de primário-exportador para urbano-industrial. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18)

Baseados nos conceitos do sistema centro-periferia, considerando-se que o capitalismo se desenvolvia de maneira desigual nos diversos países do mundo e a partir de uma análise que criticava as Teorias de Comércio Internacional disseminadas à época,¹ Furtado e Prebisch foram dois dos expoentes da escola do pensamento estruturalista que se formava. A partir do enfoque histórico estruturalista utilizado pelos autores – que foi resultado da junção do método histórico-indutivo com o próprio arcabouço estruturalista –, eram consideradas as circunstâncias históricas que faziam com que cada economia, de acordo com suas particularidades, desempenhasse determinado papel na dinâmica internacional, por exemplo. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 15-23)

O pensamento da CEPAL na época trazia consigo a inconformidade com a aceitação de um sistema que considerasse ideais as condições presentes de acesso ao progresso técnico vistas na periferia, uma vez que tais avanços só eram percebidos onde necessários para que fosse possível produzir bens primários com o intuito de exportá-los ao centro, ao passo que, neste, desenvolviam-se grandes centros industriais nos quais a técnica se propagava. (CEPAL, 1949, p. 139) Por outro lado, fazia parte do processo de disseminação do progresso técnico também o desenvolvimento das economias periféricas. Foi superando tanto a Primeira Guerra Mundial quanto a crise da década de 1930 que estes países perceberam suas possibilidades de desenvolvimento industrial.

Conforme o setor primário se modernizava, via incremento de produtividade, menos trabalhadores eram necessários para a execução das tarefas do setor. Nestes casos, como é sabido, geralmente a atividade industrial é usada para absorver esse excedente de mão-de-

¹ Em particular a noção de vantagens comparativas herdada do modelo ricardiano de comércio internacional.

obra. A formação do excedente de força de trabalho da atividade primária pode ser obtida também por meio do salário mais elevado oferecido pela indústria, como foi o caso norte-americano.

Caso houvesse mobilidade perfeita entre os fatores e caso o crescimento das indústrias ensejasse a rápida absorção do excedente em questão, a tendência para ambas as formas deste seria o nivelamento entre as remunerações tanto do setor primário quanto do industrial. E dessa forma seria possível que os dois setores tirassem proveito dos frutos do incremento da técnica. (CEPAL, 1949, p. 145)

No entanto, o setor industrial dos centros só se expande com o intuito de absorver essa mão-de-obra enquanto esta for da sua própria população. A indústria central não crescerá para que seja possível absorver o excedente da periferia, tornando-se necessário que as economias periféricas criem suas próprias indústrias.

A entrada do progresso técnico deu-se primeiramente no setor primário das economias latino-americanas, que ainda tinha espaço para incrementar a técnica empregada. Porém, caso o excedente de mão-de-obra destas atividades não fosse incorporado à atividade industrial, como o ocorrido no centro, se desencadearia um processo de rebaixamento dos níveis de salários adquiridos com o incremento de produtividade causado pela entrada de progresso técnico, como é apontado no documento da CEPAL de 1949 (CEPAL, 1949, p. 152).

Sobre o fato de a apropriação dos frutos do progresso técnico produzido no centro ser absorvido pelo próprio, a discussão proposta no documento em questão não é uma que questione a conduta do centro ao fazê-lo, e sim uma que questiona a veracidade das proposições teóricas anteriormente mencionadas que pressupunham que o progresso técnico visto no centro seria distribuído por toda a coletividade, seja via queda dos preços ou via aumento da renda. Neste ponto, a análise pondera que o emprego desta teoria, seja para criticá-la ou para concordar com ela, deve ser usado para compreender as diferenças entre o mundo real e as hipóteses empregadas, com o objetivo de se alcançar um entendimento melhor definido. (CEPAL, 1949, p. 154)

Uma das conclusões às quais se chega é a de que, por mais que a teoria pregue a distribuição dos frutos do progresso, isso não é percebido na realidade latino-americana, onde os excedentes do incremento da produtividade gerados são enviados ao centro, ao passo que os do centro permanecem lá. Ou seja, conforme a periferia eleva sua produtividade, menos trabalhadores serão necessários para execução daquele trabalho; assim, mais excedente aquela

economia produzirá. Dessa forma, não é possível dizer que o incremento de produtividade na atividade primária elevará a renda daquela produção.

A segunda conclusão envolve a ideia de que, uma vez que não há plena mobilidade de fatores produtivos de uma nação a outra, a forma de garantir que a renda dos países fortes na atividade primária se equipare com a renda dos países centrais é através do desenvolvimento da indústria, posto que tal desenvolvimento permitiria que o excedente da população ativa retirada da atividade primária (como resultado do progresso técnico neste setor) fosse absorvida pela indústria. (CEPAL, 1949, p. 156). Este argumento ataca diretamente a percepção de que haveria uma vantagem generalizada e a criação de um bem-estar coletivo a todos os países participantes do comércio internacional (via aumento de produtividade, de competitividade e de rendimento), caso todos eles se dedicassem à produção daquilo para o que tem vantagens naturais. Trata-se de uma clara contraposição à lei das vantagens comparativas ricardiana, “modernizada” a partir do conhecido modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson, e representa o cerne do projeto desenvolvimentista para a América Latina.

Em terceiro lugar, com a elevação da produtividade espera-se que caiam os preços de mercadorias vinculadas a determinadas atividades e que, assim, reste uma parcela maior da renda para aumentar a demanda ou a poupança. Porém, esse processo ocorre somente nos grandes centros, onde os preços não caem e a renda já é mais elevada. (CEPAL, 1949, p. 156)

Todo esse raciocínio demanda uma posição privilegiada para o estudo dos ciclos econômicos, afinal, é a partir deles que se dissemina o progresso e se elucidam as diferenças entre os países centrais e os periféricos. A tendência à deterioração dos termos de troca, ou dos termos de intercâmbio, é percebida devido à queda de preços que produtos primários enfrentam ciclo após ciclo, que supera os períodos de prosperidade, como é sabido.

Outro fator analisado no documento da CEPAL é a questão da poupança das economias latino-americanas, que é insuficiente para que se possa ter um progresso técnico avançado. Nos países centrais no século XIX, como aponta a Comissão, o nível da poupança também se encontrava baixo, no entanto, o progresso técnico neste momento não era tão desenvolvido quanto o que se percebia nas décadas de 1950 e 1960; assim, de maneira gradual, estes países foram se desenvolvendo espontaneamente. Já para as economias da América Latina o momento foi outro. Os países centrais já detinham a técnica num estágio mais avançado e a distância entre estes e aqueles já era gritante.

Devido ao fato de os ganhos de produtividade oriundos do progresso não serem incorporados aos salários, o nível da demanda da economia também é afetado. A demanda

nesses países (periféricos) é pequena por causa da baixa produtividade, que não tem condições de crescer pois o que se percebe é uma técnica industrial mais avançada no cenário internacional.

A análise de Raul Presbich representa, em linhas gerais, o pensamento da CEPAL no período dos processos de industrialização percebidos nos países da América Latina, e guarda estreita relação com o que pensava Furtado à época. No que diz respeito às questões sobre o subdesenvolvimento abordadas por Celso Furtado em seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, o autor busca explicar sua visão sobre o processo de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, buscando analisar como estas surgiram, por quais evoluções passaram e como se dava a dinâmica nessas economias no período em questão.

A partir de uma perspectiva histórica, Furtado inicia o capítulo *Subdesenvolvimento* da obra mencionada fazendo uma recuperação a respeito da Primeira Revolução Industrial e de sua importância para a explicação do processo de subdesenvolvimento. Ali o autor dedica a primeira seção do capítulo chamada de “Modelo clássico do desenvolvimento industrial” à explanação de como se desdobraram as consequências da Revolução Industrial em países de capitalismo avançado.

Na análise de Furtado, o surgimento de um centro industrial provocou mudanças na forma de organização da economia num âmbito global. O próprio desenvolvimento na Europa, segundo o autor, fez com que se desconstruísse a sociedade artesanal pré-capitalista existente, e que surgisse uma nova na qual os fatores de produção fossem capazes de incorporar produtividade. Notou-se também os efeitos dessas mudanças em sociedades com estruturas semelhantes às da Europa, como, por exemplo, a Austrália; nestes lugares os hábitos, as técnicas e as condições eram similares aos europeus, o que fez com que fosse possível que estas sociedades atingissem altos níveis de vida. E, por fim, o caso das estruturas subdesenvolvidas, pré-capitalistas, que apresentavam níveis diferentes de penetração do capitalismo dependendo do lugar, de acordo com as necessidades dos centros. Nas palavras do autor:

[...] a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 1961, p.161)

Tal fenômeno era visto pelo autor como "um processo histórico autônomo, e não como uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento" (FURTADO, 1961, p.161). As chamadas economias híbridas seriam aquelas que teriam capacidade de se industrializar, mas tal processo se daria de maneira diferente da observada nos países desenvolvidos; em tais economias a dinâmica da industrialização estaria sujeita às suas próprias leis históricas.

No balanço do autor, no caso da instalação de uma empresa capitalista numa estrutura híbrida, sendo a intensidade do efeito do núcleo industrial definida pelo nível da massa de salários dos empregados, e sendo que a estrutura preexistente dá lugar à economia capitalista da mesma forma como ocorre no centro, mesmo assim o lado arcaico não se misturará com o moderno de maneira dinâmica, uma vez que os lucros advindos da firma capitalista não serão absorvidos pela economia local. (FURTADO, 1961, p. 163)

Nesse aspecto é que está a associação entre Furtado e a CEPAL, cujas ideias, conjuntamente, desembocam na percepção de que a saída para o subdesenvolvimento latino-americano está no processo de industrialização capitaneada pelo Estado, algo que libertaria as economias subdesenvolvidas das desvantagens enfrentadas no comércio internacional, da dependência na atração de bens industriais ou de mais alta densidade tecnológica vindos das economias “avançadas”, que corrigiria os problemas relacionados à sua heterogeneidade estrutural e criaria as bases para uma inserção externa mais autônoma e ativa.

2. A crítica “dependentista” à CEPAL clássica

A forma concreta que o processo de industrialização assumiu nas economias latino-americanas, entre elas o Brasil, foi pela via da substituição de importações. A expressão “substituição de importações” pode dar a falsa sensação de que o que ocorreu nos países que passaram por esse processo foi a mera substituição de produtos anteriormente importados para produtos feitos internamente. No entanto, a dinâmica do processo de industrialização por substituição de importações (PSI) vai muito além dessa mera troca. A começar pelo fato de que o processo não tem o objetivo de reduzir as importações; essa redução ocorre devido às restrições externas que são impostas às nações periféricas. É a partir daí que surge a necessidade de se repor, no mercado interno, aquela produção que antes era importada. Esse processo faz com a necessidade anterior que as economias em questão tinham de bens de consumo oriundos do centro se transforme na necessidade de bens intermediários e bens de capital, indispensáveis para que se possa dar continuidade ao processo produtivo. Essa nova

dinâmica, inclusive, gera uma maior dependência do exterior na periferia. (TAVARES, 1964, p. 228)

Esta estratégia, no entanto, foi mostrando suas limitações ao longo do tempo. A utilização de tecnologias capital-intensivas, a insuficiência da demanda interna destas economias diante de uma oferta de produtos manufaturados mais abundante, e a decepção com o objetivo de diversificação das exportações foram alguns dos fatores que ilustraram, à época, o esgotamento do PSI.

Ao fim da década de 1960 e início da década de 1970, quando estes problemas passaram a ser evidentes, o ambiente intelectual na América Latina passava por seu auge. Os debates acerca das decisões de política econômica adotadas no passado pelas economias e a instabilidade política pela qual os países passavam no período motivavam pesquisadores a pensar cada vez mais sobre o desenvolvimento na região.

A grande repercussão do pensamento cepalino no século XX e a adoção de medidas indicadas pela Comissão no campo político-econômico nestas economias acabaram por fomentar investigações acerca da linha de pensamento da CEPAL. Alguns teóricos das escolas Neoclássica e da Dependência, por exemplo, acabaram criticando a tese cepalina. Neste trabalho estão expostas as críticas feitas pelos dependentistas, que sustentavam suas análises nos motivos que serão discutidos a seguir.

Ruy Mauro Marini, cientista social brasileiro e importante teórico da Teoria da Dependência, articulou em seu livro “América Latina: Dependência e Integração” sua crítica à reflexão cepalina do desenvolvimento. O autor considera os teóricos Raul Prebisch, Celso Furtado e Anibal Pinto alguns dos expoentes da corrente de pensamento em questão, e daí extrai semelhanças entre os autores, como a formação keynesiana e o conhecimento da economia política clássica que estes dispõem. (MARINI, 1992, p. 70)

Em seguida, dando continuidade ao seu raciocínio, Marini observa o caráter da instituição CEPAL, a qual considera ser “uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento, que ao terminar a Segunda Guerra Mundial, surgiu nos Estados Unidos e na Europa” (MARINI, 1992, p. 70); para o autor, esse exercício feito pela Comissão fazia parte de uma satisfação que os países centrais tentavam dar às nações periféricas com o intuito de explicar as disparidades existentes entre o centro e a periferia que se evidenciaram com os processos de “descolonização”, e foi nessa teoria do desenvolvimento que a CEPAL sustentou sua análise.

Marini critica a forma com que o desenvolvimento econômico é tratado como um “desdobramento do aparelho produtivo, em função da conhecida classificação deste em três

setores: primário, secundário e terciário” (MARINI, 1992, p. 71). Para explicar os motivos de esse desdobramento ocorrer nos países centrais, a teoria do desenvolvimento assume que o processo de desenvolvimento econômico nas economias tidas como avançadas foi espontâneo e de “ordem geral”. Dessa forma, na opinião do autor, assume-se um caráter de cunho evolutivo, que passa a falsa sensação de que existiriam fases pelas quais as economias ao redor do mundo teriam que passar para atingir o grau de desenvolvimento observado no centro. Segundo Marini (1992, pp. 71-72), “[a]ssim entendido, o conceito de subdesenvolvimento corresponde ao de uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Em outras palavras, o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno [...]”.

Além das críticas expostas acima, Marini também expõe sua preocupação em relação às implicações metodológicas da teoria do desenvolvimento. Como, para esta, desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam um só,² o caminho para diferenciá-los seria via análise de dados referentes à situação das economias. Para o autor, uma análise de caráter meramente descritivo não seria capaz de explicar a realidade complexa de tais regiões. Para além desse problema, também não seria possível determinar a ordem dos acontecimentos, se seria uma nação considerada subdesenvolvida porque seus indicadores mostravam isso ou porque, se ela apresenta tais indicadores, ela seria subdesenvolvida.

A incapacidade dos países de importar os bens de capital necessários para estimular a indústria latino-americana mostrou-se um dos fatores causadores da crise pela qual os países da América Latina passaram nos anos 1960. Sem essas importações tornava-se impossível avançar no processo de industrialização da mesma forma que dificultava a realização da produção nestes países.

Nos países de capitalismo avançado o processo de desenvolvimento industrial ocorreu de maneira espontânea, e não em cima de uma estrutura arcaica preexistente e sem o suporte dos resultados de uma série de reformas estruturais que trariam melhorias ao ambiente econômico destas economias. Aqui o plano contava com a existência de uma demanda para bens de consumo, que justificaria a importação de bens de capital com o intuito de suprir tal demanda via o desenvolvimento do setor intermediário de máquinas e equipamentos.

² Marini explica em “América Latina: dependência e integração”, nas páginas 77 e 78, quando diz: “[f]iel a ideia do desenvolvimento econômico como um *continuum*, a CEPAL não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e complementariedade – como o faria, a seu tempo, a teoria da dependência – mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital”. Neste sentido, o que se quer dizer é que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois polos opostos que se complementam, visto que o desenvolvimento de determinadas economias (as centrais) teria como contrapartida fundamental o subdesenvolvimento de outras (as periféricas).

Parte do dinheiro necessário para que fosse possível realizar essas importações vinha da renda adquirida com as exportações dos produtos primários desses países. Nesse ponto Marini coloca que o ideal do processo de industrialização por substituição de importações apenas mudaria a forma como a dependência se mostraria nessas economias, uma vez que agora estas dependeriam das importações de bens de capital oriundos do centro. Outra parte das divisas direcionadas para a importação dos bens de capital vinha do capital estrangeiro, alocado nos países latino-americanos via investimento direto, empréstimos e financiamentos. O problema aqui está relacionado com o caráter destes investimentos: sendo de origem estrangeira, estes mantêm uma estreita relação com suas sedes em seus países de origem, o que faz com que, assim que se mature o investimento e este passe a render lucros, este lucro seja enviado de volta ao país do qual o investimento veio no primeiro momento, e, para que isso ocorra, os lucros obtidos em moeda nacional devem ser transformados em divisas.³ (MARINI, 1992, p. 81-82)

Marini explica que, com a entrada desses capitais estrangeiros e desenvolvimento da indústria nessas economias e, com elas, o surgimento de novos postos de trabalho e maior dinamismo da atividade econômica, a parte moderna dessas sociedades passa a atrair parte da população que antes se encontrava no campo, fazendo com que haja excesso de mão-de-obra disponível nas cidades, condição que obrigava parte da população a se submeter ao subemprego no setor terciário. À luz dos desdobramentos da estratégia desenvolvimentista da CEPAL, a Comissão passa, a partir dos anos 1960, a adotar uma postura diferente diante das questões colocadas em relação à realidade latino-americana. A mudança envolve uma abordagem mais voltada para a necessidade de reformas estruturais nessas sociedades, e não um enfoque “meramente desenvolvimentista” (MARINI, 1992, p. 84).

Theotônio dos Santos – também teórico da dependência – fez, assim como Marini, uma análise mais crítica acerca da escola cepalina. O autor trabalha em seu livro “A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas” uma exposição que traz mais elementos que mostram o conflito entre classes, entre o setor industrial e o exportador, e de que maneira estes se relacionaram, por meio de disputas e alianças.

Assim como fez Marini, Dos Santos (2000) apontava para a dependência existente entre os setores exportador e industrial, uma vez que a necessidade de divisas que o setor

³ Vale ressaltar que esta abordagem também aparece em Furtado, com a diferença de que, para este, os investimentos estrangeiros diretos são importantes e desejáveis, desde que ingressem de forma coordenada e planejada, algo que, para Marini, em lugar de abrir as portas para um processo de desenvolvimento econômico e industrial, conduziria a uma alteração das bases da dependência e, assim, ao aprofundamento desta condição. O que, para Furtado, aparece como um instrumento dinamizador da autonomia interna, para Marini consta como o próprio determinante da perda de autonomia econômico-política dos países latino-americanos.

industrial possuía era sanada com as divisas obtidas pelo setor exportador. Essas divisas muitas vezes foram apropriadas pelo Estado – condutor do processo de industrialização – e direcionadas para a indústria, num processo que ficou conhecido como de “confisco cambial”, sendo que as divisas vindas do setor primário eram entregues ao industrial na forma de moeda nacional.

Dessa forma, o setor exportador “recebia em moeda nacional o resultado de suas exportações e era obrigado a comprar no mercado interno seus produtos de consumo e nele realizar seus investimentos” (DOS SANTOS, 2000, p. 83). Como mostra o autor, foi a partir da necessidade de uma relação harmoniosa entre o setor exportador e o industrial, que se desenvolveu, nos países latino-americanos, uma política na qual a burguesia industrial passava a apoiar o latifúndio. A burguesia teve que abrir mão de um mercado mais amplo, que seria conseguido com uma melhor distribuição da renda no campo, para se aliar ao setor tradicional, criando assim uma situação que travava o desenvolvimento econômico dessas sociedades. Segundo Dos Santos (2000), a CEPAL desempenhava um papel de defensora da burguesia industrial, defendendo a adoção de políticas que não assumissem planos de um enfretamento definitivo para, por exemplo, o problema da questão agrária.

Existe também a preocupação com o papel do capital internacional na América Latina. Este também era um aliado do setor exportador latifundiário, e direcionava-se para os países em desenvolvimento, com o apoio da CEPAL, que o considerava como “essencial ao desenvolvimento econômico e industrial de nossos países” (DOS SANTOS, 2000, p. 85), com o objetivo de obter financiamento para suas operações e instalar-se num ambiente promissor para os negócios, o qual as economias que o recebiam deveriam proporcionar; por outro lado, o capital internacional traria para estes países em desenvolvimento a tecnologia necessária para que fosse possível “avançar” no processo de industrialização.

A crítica da teoria da dependência ao pensamento clássico cepalino, portanto, caminha no sentido de demonstrar que o PSI experimentado nas principais economias latino-americanas, ao contrário de conduzir a um cenário de desenvolvimento autônomo, reforçou a dependência externa desses países frente ao capital estrangeiro das economias centrais. Neste sentido, o que mais se enfatiza na crítica é a noção de uma CEPAL *etapista*, que vislumbrava a possibilidade de desenvolvimento para os países periféricos nos marcos do capitalismo, desde que concluída sua *etapa* industrializante. Para o que nos interessa neste trabalho, cabe dizer que Celso Furtado ficou pesadamente associado a esta perspectiva, quando o que tentaremos demonstrar na sequência é que a evolução de seu pensamento o coloca cada vez mais distante desta visão clássica construída pela Comissão nos seus anos iniciais.

3. Evolução do pensamento de Furtado

A crença de Furtado na possibilidade de reversão do subdesenvolvimento nos países periféricos por meio da industrialização foi se esvaindo conforme se apresentavam os efeitos da estratégia da substituição de importações colocada em prática nessas economias. Ao fim da década de 1960 e início da década de 1970, o autor passa a ter uma visão mais crítica da realidade latino-americana; suas obras passam a oferecer uma visão mais voltada para o político e para questões mais subjetivas, como a relação entre as massas e a elite e os sacrifícios do povo em prol de um ideal desenvolvimentista. Também incorpora novos elementos como a discussão da dependência cultural e da busca pelos padrões de consumo do centro.

Este Furtado mais voltado para a análise política ganha mais destaque em “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, obra publicada em 1968, quando, partindo de uma análise comparativa entre as sociedades que se industrializaram pela Revolução Industrial e as que passaram pelo processo de industrialização via substituição de importações, o autor observa os efeitos da industrialização nestas economias para concluir que a forma pela qual o processo ocorreu nas economias “avançadas” permitiu que a relação entre o progresso técnico e a evolução dos salários possibilitasse uma luta de classes, num ambiente no qual o empresariado agia de forma racional convergente com os interesses da coletividade, sendo que o incremento da técnica e da produtividade vinham acompanhados de elevações salariais, ao passo que, na América Latina, o processo de industrialização foi feito em cima de um mercado de trabalho desorganizado e, sobretudo, abundante, no qual os trabalhadores recebiam salários de subsistência. Assim, se estabeleceu nas economias latino-americanas uma situação de dualismo, na qual a racionalidade empresarial e o mercado de trabalho tinham interesses conflitantes, que resultavam num impasse político – nos quais geralmente os interesses da classe empresarial se sobressaíam – e numa situação de instabilidade social.

São colocados na obra também elementos internacionais que tiveram influência no desenvolvimento latino-americano, que estão localizados no segundo capítulo do livro, chamado “Obstáculos externos ao Desenvolvimento”. Este capítulo trata, predominantemente, do aspecto político das relações das economias periféricas com as centrais, examinando os efeitos da Guerra Fria num contexto periférico de descontentamento das massas, e de

insatisfação dos países centrais com o ideal comunista que ganhava popularidade na América Latina.⁴

No capítulo 3, cujo título é “Fatores Estruturais Internos que Impedem o Desenvolvimento”, Furtado elabora seu modelo de estagnação passando pela análise do modelo agrário exportador e pelo período da industrialização substitutiva para chegar à explicação da tendência à estagnação. O modelo tem início em uma sociedade arcaica que passa a ter que se combinar com um setor industrial que absorve tecnologia e possui um coeficiente de capital crescente. A combinação destes dois opostos daria “origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular” (FURTADO, 1968, p. 86), dinâmica a partir da qual a economia em questão tenderia a se estagnar.⁵

Outra obra do autor que trabalha com uma visão mais madura sobre o desenvolvimento latino-americano é “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, de 1974, onde Furtado explica primeiro o papel dos “mitos” nas ciências, que é o de agirem como “faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros” (FURTADO, 1974, p. 15). É a partir daí que ele enquadra como um mito o desenvolvimento econômico, ou melhor, a aplicação dos passos vistos nos países centrais com o intuito de se alcançar o desenvolvimento como sendo capazes de levar qualquer economia, inclusive as periféricas, a uma situação de economia desenvolvida. A busca pela superação do subdesenvolvimento periférico dá origem à tentativa de reprodução, na periferia, do estilo de vida visto no centro. No entanto, para que uma minoria da população periférica tenha acesso a esse padrão de vida, é necessário que a concentração da renda se atenuar, afastando cada vez mais estas economias do desenvolvimento propriamente dito. Justo o que ocorre é o caminho inverso: a industrialização, tal como ocorre na periferia, aprofunda, como já dito, a concentração de renda e riqueza ao invés de reduzi-la.

⁴ Não custa lembrar que 1968 é tido como um marco importante na história das lutas sociais espalhadas pelo mundo, com movimentos políticos, culturais, manifestações anticapitalistas e anticomunistas, movimentos estudantis, de contraposição às ditaduras militares (na América Latina) e de insatisfação de diversas naturezas se generalizando em diversos países. A este respeito ver, dentre outros, Hobsbawm (2011).

⁵ A tendência à estagnação aparece como um ponto nevrálgico nos debates sobre o desenvolvimento latino-americano. Muitos dos teóricos da dependência, por exemplo, serão acusados de estagnacionistas e se contrapõem a esta percepção demonstrando, em linhas gerais, que as economias periféricas podem seguir crescendo (e efetivamente o fazem) sem deixarem de ser dependentes. Crítica parecida pode ser dirigida a Furtado (1968), lembrando, entretanto, que, quando o autor fala em tendência à estagnação, descreve, na realidade, um caminho de concentração de renda e riqueza como característica estrutural das economias latino-americanas, o que não implica, necessariamente, interrupção do crescimento econômico.

Além de trazer essa ideia do desenvolvimento periférico como uma realidade que não tem condições para ser alcançada, o autor traz também uma mudança na sua percepção acerca do que seria o caminho para o desenvolvimento. Em obras anteriores a essa, Furtado explicitava uma percepção diferente em relação à especificidade do desenvolvimento na América Latina, seguindo a linha cepalina já discutida na primeira seção deste trabalho. Em “O Mito do Desenvolvimento Econômico” se perde a noção de *etapismo* antes presente nas obras do autor; aqui as especificidades do subdesenvolvimento são explicadas de maneira clara, e as previsões para o futuro da periferia com base na observação das economias industrializadas são desmerecidas, uma vez que estas economias tiveram acesso irrestrito a recursos naturais e controlavam os recursos não-renováveis das nações subdesenvolvidas. O autor conclui que não dispõem de informações seguras acerca da estrutura do conjunto das economias capitalistas para que possam ser tiradas conclusões universais sobre o futuro das demais, tornando impossível a configuração de fases a serem seguidas pelas nações. Nas palavras do autor:

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. (FURTADO, 1974, p. 22)

A evolução estrutural do sistema capitalista é outro tema abordado no livro e tem como intuito formular o raciocínio que levará o autor a explicar o fenômeno do “mimetismo cultural”, presente na sociedade periférica. Inicialmente é feita uma análise das “fases” do desenvolvimento industrial do centro, sendo a primeira fase a da hegemonia inglesa, quando a Inglaterra recebia os excedentes do comércio internacional, além de financiar obras em infraestrutura ao redor do mundo. Neste ponto, os ingleses determinavam a divisão internacional do trabalho e o comércio internacional era crescente. Na segunda fase, a da consolidação dos *sistemas econômicos nacionais*, as decisões econômicas são centralizadas por meio de alianças de classes que buscam a organização de um “projeto nacional” no centro; com esse processo de centralização o ambiente torna-se propício para a eclosão das grandes empresas. Neste ponto de consolidação das economias centrais, a industrialização desses países vai acontecendo de acordo com o grau de acumulação de capital percebido pelos

países. Já no caso dos países atrasados, estes não se formarão nessa fase como sistemas econômicos nacionais autônomos, e sim como complemento do sistema econômico internacional. (FURTADO, 1974, p. 25)

Esse é o processo que ocorreu nas economias subdesenvolvidas. Nelas o excedente é obtido como fruto da ampliação das exportações e não devido à adoção de novas técnicas que elevariam a produtividade. Dessa forma, essas economias não apresentavam o mesmo nível de acumulação de capital que o centro. No limite, o que faz com que uma economia seja desenvolvida e outra subdesenvolvida é a forma como se lida com o excedente obtido via aumento da produtividade. O excedente industrial fica nas mãos de poucos e tende a crescer autonomamente, a não ser que não haja demanda para sua produção, fato que não ocorreu nas economias centrais, uma vez que, apesar de a “vantagem comparativa” apresentada nessas economias ser a indústria, esses países não deixaram de proteger as demais atividades, como a agricultura, assegurando, assim, a demanda para sua atividade industrial. (FURTADO, 1974, p. 26)

O que ocorre na periferia é o movimento de especialização nas atividades primárias para exportação. O excedente obtido com essas atividades eleva a capacidade de importar dessas economias fazendo com que estas tenham condição de importar mais produtos oriundos do centro. É dessa maneira que essas economias mergulham na lógica industrial, por meio da demanda pelos bens de consumo vindos do centro. Tendo consciência disso é possível compreender os processos seguintes dessas economias, como a tentativa de industrialização via substituição de importações, que tentava repetir na periferia a dinâmica de acúmulo de capital do centro. Essa tentativa acaba se concretizando com a ida de empresas originárias do centro para a periferia, que faz com que, agora mais ainda, as economias periféricas tentem reproduzir os padrões de consumo do centro. (FURTADO, 1974, p. 28)

Esse processo de “mimetismo cultural” agrava a situação da concentração da renda na periferia, sendo que apenas uma minoria da sociedade tem acesso aos bens importados. A própria dinâmica de acumulação de capital expande a distância entre o centro desenvolvido e a periferia díspar. Para além disso, também amplia a separação entre a pequena parte da periferia que é capaz de reproduzir o estilo de vida do centro e a grande maioria da população que não tem acesso a esse padrão, o que é mais um ponto que reforça a ideia do “mito do progresso”, uma vez que a hipótese da homogeneização do consumo do centro na periferia não se aplica na realidade. (FURTADO, 1974, p. 69)

Neste ponto, no qual já é sabido que é impossível que as nações periféricas se tornem desenvolvidas, assim como também o é a “ideia de que os *povos pobres* podem algum dia

desfrutar da forma de vida dos atuais *povos ricos*” (FURTADO, 1974, p. 75, *itálicos originais*), Furtado mostra novamente sua preocupação com o aspecto político do processo quando coloca que, apesar de tudo, o ideal do desenvolvimento leva o povo a aceitar as dificuldades impostas a eles para fundamentar a destruição na periferia. Assim, o mito do desenvolvimento desvia a atenção da população dos problemas e ânsias da coletividade para dedicar seus esforços ao alcance de bons indicadores de investimentos, exportações e crescimento.

O autor ressalta no capítulo dois do livro “Subdesenvolvimento e Dependência: as conexões fundamentais” a ligação existente entre o desenvolvimento central, após a Revolução Industrial, que acabou produzindo a divisão internacional do trabalho que determinou a relação dos países do globo com seus recursos. Com esse novo modelo de divisão internacional do trabalho, Furtado explica sua hipótese de como “o novo sistema de trabalho permitiu que crescesse o produto líquido mediante simples arranjo da força de trabalho disponível” (FURTADO, 1974, p. 78). A hipótese que o autor apresenta, em primeiro lugar, diferencia uma sociedade na qual houve, de fato, progresso devido ao incremento da técnica empregada, de uma outra sociedade na qual os novos produtos apenas foram introduzidos na região. O caso das economias subdesenvolvidas é o segundo. Nele há incremento de produtividade sem que se tenha mudanças nas técnicas empregadas na produção. A agricultura torna-se uma atividade de caráter comercial e ganha seu lugar no comércio internacional, sendo que seus excedentes permanecem centralizados nas mãos da minoria da população, que o usam para diversificar seu consumo de maneira a aproximá-lo do consumo do centro, por meio da importação de novos itens. Assim, Furtado escreve:

A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnado de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos. (FURTADO, 1974, p. 80)

A essa dinâmica de acesso a produtos cuja produção envolve uma técnica mais avançada, sem que se tenha na economia em questão o nível de acumulação de capital necessário para que esse processo tenha ocorrido, Furtado dá o nome de *modernização*. Esse processo traduz-se na forma de acesso dessas economias a bens de consumo sofisticados. Dessa forma, para se ter cada vez mais acesso a estes, as elites dessas sociedades buscam ou exportar mais ou elevar sua “taxa de exploração” de maneira a ampliar o excedente que será

destinado à obtenção desses novos bens. A continuidade desse processo traz problemas de deterioração nos termos de intercâmbio, agrava a situação de dependência cultural nessas economias e amplia a condição de concentração da renda.

Nas duas obras apresentadas nesta seção, Furtado traz suas explicações dando destaque à sua condição de analista político, analisando os conflitos de classe que cada processo origina e informando o leitor desde o princípio sobre a impossibilidade de tornar as economias latino-americanas economias desenvolvidas, ressaltando os problemas estruturais desses países como a tendência à concentração da renda, trazendo, assim, certo pessimismo em seus escritos. Neste sentido, avança no entendimento da condição dependente das economias periféricas, demonstrando a mudança de seu pensamento quando confrontado com o Furtado da década de 1950.⁶

4. A ruptura do pensamento de Furtado com a CEPAL

Considerando os novos elementos apresentados na seção anterior relacionados à evolução do pensamento furtadiano, espera-se aqui conseguir estabelecer as linhas de desencontro do autor com o pensamento da CEPAL. Além dos avanços na análise do pensador, são levadas em consideração também as alterações observadas na teoria cepalina no decorrer das décadas de 1970, 1980 e, finalmente, 1990, quando a Comissão dá início à sua análise por meio de uma nova abordagem que ficou conhecida como a do “neoestruturalismo”, e também quando ganhou espaço a discussão acerca da Transformação Produtiva com Equidade (TPE), que terá destaque mais adiante. Dessa forma, a seguir é apresentada brevemente a evolução do pensamento cepalino, seguida da maneira como esta foi criticada e, por fim, os esclarecimentos sobre a ruptura do pensamento de Furtado com o da instituição e as razões pelas quais as obras do autor deixam de conversar com as análises recentes da CEPAL, para além, como já demonstramos, de já terem expressado uma espécie de autocrítica quanto às suas análises originárias.

Durante a década de 1960 até o início da década de 1970 as economias latino-americanas exibiam altas taxas de crescimento e aproveitavam o cenário externo favorável

⁶ Estes desdobramentos do pensamento de Celso Furtado nos colocam em posição de, para além de apontar para a nítida ruptura em relação ao pensamento (novo)cepalino, tal como faremos na sequência, colocar em questão a própria “fidelidade” de Furtado à teoria keynesiana, que sempre foi tida como a base central de suas análises. Ao notar a existência de fatores estruturais que limitam o desenvolvimento periférico, Furtado se aproxima em grande medida das principais conclusões assumidas pela teoria da dependência em sua vertente marxista, deixando campo aberto para que se possa analisar, na linha da história do pensamento de Furtado, se o autor introduz ou adere a elementos da teoria marxiana que o fazem alterar sua visão sobre a condição de subdesenvolvimento das nações latino-americanas.

que oferecia liquidez internacional. No entanto, devido ao choque do petróleo em 1973, essa trajetória de crescimento deu lugar a economias seriamente endividadas, e que precisavam endividar-se ainda mais para manter a estabilidade. O panorama da crise internacional fez com que o foco do pensamento da CEPAL à época fossem as análises macroeconômicas, o entendimento do endividamento das nações e do que seria necessário para que estas fossem capazes de diversificar suas exportações, que seria o caminho para o enfrentamento das dificuldades da inserção internacional; mas, por outro lado, não deixou de lado o interesse central pelas análises de médio e longo prazos característicos da Comissão e nem o debate sobre os “estilos” – que eram a forma de integração dos elementos considerados pela CEPAL e que formavam as “modalidades” de crescimento. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 45-47)

A “década perdida”, como ficou conhecida a década de 1980, foi um período da história da América Latina que ficou marcado pelas crises cambiais, pelo endividamento externo, pelos choques inflacionários e pelo clima de recessão. Neste momento, a estratégia adotada pelos países em crise era a do ajuste recessivo, e era contra este que a CEPAL se posicionava. A Comissão defendia a adoção de um “ajuste expansivo” pois acreditava que o caminho para uma “solução satisfatória de um ponto de vista social seria a de que o desequilíbrio externo se resolvesse num contexto de crescimento econômico, propício à dinamização dos investimentos [...]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 58). A necessidade das medidas de ajuste fazia com que fosse deixada em segundo plano a perspectiva histórica da CEPAL; no entanto esta não foi abandonada por completo, sendo que no decorrer da década, vários estudos sobre “estilos” ainda foram publicados, por exemplo. Em meados da década de 1980 também foram retomadas as discussões sobre o crescimento de longo prazo, que ganhou mais espaço na década seguinte com a ideia da transformação produtiva com equidade, mas que teve como base do pensamento alguns escritos da década de 1980. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 56-62)

Por fim, na década de 1990, com a [suposta] melhoria do ambiente econômico, a recuperação da estabilidade, os processos de abertura comercial e financeira e também as privatizações, a América Latina voltou a ser alvo de grandes fluxos de capital externo, o que gerava preocupação em relação à vulnerabilidade externa destas economias, algo que poderia desestabilizar a macroeconomia da região, como acabou se confirmando com as crises mexicana e argentina. A CEPAL não se posicionou contrária às reformas como as de abertura e de privatizações, apenas demandou uma estratégia reformista que tivesse como objetivo balizar os pontos fracos e fortes das mudanças em questão. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 63)

Neste momento, após o fracasso da década anterior, a CEPAL passa a oferecer uma nova solução para o atraso das economias da região, que seria a dita transformação produtiva com equidade que atuaria no âmbito da competitividade das nações e da equidade internacional, porém sem que houvesse depreciação dos salários. A proposta da TPE apresentada no texto da CEPAL “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”, de 1990, tinha como objetivos o fortalecimento da democracia na região, o ajuste e a estabilidade das economias, promover a aceleração do movimento de *catching-up* dos países em questão – que ainda se encontravam atrasados tecnologicamente –, a modernização dos setores públicos visando maior eficiência nestes, e a adoção de padrões austeros de consumo da população. O foco real do pensamento da TPE era o desenvolvimento tecnológico da América Latina, que facilitaria o processo como um todo.

Para que fosse possível realizar tal transformação era necessário que se tivesse a noção do caráter sistêmico da competitividade, no qual a empresa é o fator dinâmico que interage com o sistema de ensino, com a infraestrutura tecnológica, com as redes de energia e transporte, com os empregados e empregadores e com o público e o privado. O objetivo aqui é o desenvolvimento integrado do sistema produtivo: a industrialização continua sendo o eixo da teoria, mas neste ponto ela deixa de ser compartimentalizada e passa a integrar o todo da economia atingindo também o setor primário e o de serviços. Um dos caminhos pelos quais a região teria que passar para alcançar a transformação produtiva com equidade é o da maior abertura de suas economias pois esta levaria à indução de elevações da produtividade e à incorporação de progresso técnico e a ação do Estado deveria ser seletiva e autolimitada. (CEPAL, 1990)

Outro texto que retrata a TPE é o “Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade”, de 1994, publicado como texto oficial da CEPAL, no qual a Comissão defende a integração intra-regional da América Latina, processo que reduziria as rendas improdutivas, diminuiria os custos de transações entre os países da região, e colaboraria com a incorporação do progresso técnico e com a articulação produtiva. Este processo de integração contaria com o aumento dos rendimentos das atividades relacionadas à inovação, reduziria as barreiras comerciais entre os países, favoreceria a estipulação de um padrão para as normas e regulações do grupo e fomentaria a criação de centros de pesquisa com o intuito de reduzir os custos destas. Com a adoção dessas medidas, esperava-se criar uma “rede” com potencial de inovação intraindustrial que fosse capaz de tornar o sistema mais eficiente e que fosse o motor

da integração, que criasse um fluxo diferente do criado em momentos anteriores, que esse fluxo pudesse ser de pessoas, capital, informação e tecnologia. (CEPAL, 1994)

A partir desta retomada das fases do pensamento da CEPAL ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, é possível perceber a forma pela qual se flexibilizou o pensamento cepalino com o passar do tempo. Segundo Carcanholo (2010) o novo pensamento trazido pela CEPAL se enquadra dentro do conjunto de medidas ortodoxas colocadas pelo Consenso de Washington. Para o autor, o fato de a Comissão aceitar, de maneira passiva, as reformas que se colocavam no período, e apoiá-las ao invés de vê-las como agravantes dos problemas estruturais dessas economias, a coloca na mesma posição que os defensores da perspectiva neoliberal. Para além disso, o fato de a Nova CEPAL defender um desenvolvimento para fora aliado a um Estado participativo apenas demonstra que a Comissão tenta se diferenciar do referencial neoliberal incluindo um Estado participativo em suas proposições, mas o caracteriza como sendo um Estado regulador de mercados, que garante um melhor ambiente para as decisões privadas e que estimula a livre concorrência, o que, segundo Carcanholo (2010, pp. 122-125), é o mesmo Estado da teoria ortodoxa neoliberal.

As proposições do Consenso de Washington não se limitam à questão da estabilidade econômica, embora esta tenha papel central, mas também levam em consideração as reformas em andamento no período, como as aberturas comercial e financeira, a desregulamentação dos mercados e as privatizações; e, por fim, realizadas as reformas, seriam retomados os “investimentos e o crescimento econômico associado a distribuição de renda nos países periféricos” (CARCANHOLO, 2010, p. 131). É importante apresentar o que colocava o referencial ortodoxo neoclássico para que se possa argumentar em relação às suas similaridades com a Nova CEPAL, sendo que são claras as aproximações das duas vertentes. A diferença notada entre o discurso da Nova CEPAL e o do Consenso de Washington é meramente o fato de que, para a CEPAL, as reformas não resolveriam os problemas das economias latino-americanas, como propunha a ortodoxia neoliberal, mas sim, se aliada a um Estado corretor das falhas de mercado. Deste modo, o novo pensamento da Comissão não produziu uma concepção de desenvolvimento de fato e sim procurou propor a constituição de um Estado capaz de gerenciar as reformas colocadas pelo Consenso de Washington. (CARCANHOLO, 2010, p. 138)

Após as colocações acima, é possível estabelecer como Furtado se posiciona diante das mudanças na percepção da Comissão. Com o amadurecimento de sua obra e à luz das consequências do PSI, Furtado foi abandonando os laços que o uniam à CEPAL clássica, como a crença na possibilidade do desenvolvimento das economias periféricas por meio do

processo de industrialização, ideia que o autor defendeu ao lado da CEPAL na década de 1960. Em “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, publicado em 1968, Celso Furtado já se apresenta como um autor pessimista, descrente no que diz respeito ao desenvolvimento periférico, se desprendendo dos indicadores econômicos e voltando-se para o estudo das articulações políticas e das relações estruturais que cercam o campo no qual são tomadas as decisões (FURTADO, 1968, p. 89). Ao mesmo tempo, a crença na superação do subdesenvolvimento continua presente do ponto de vista da Nova CEPAL: antes o caminho seria o da industrialização via PSI; já na década de 1990, mantida a industrialização como eixo da estratégia de desenvolvimento, esta teria que ocorrer de maneira sistêmica, de modo que fosse possível industrializar também o setor primário e o de serviços.

Para além da divergência de ideias do autor com a Comissão relacionada ao fato de se haver ou não possibilidade para o desenvolvimento das estruturas latino-americanas, as visões também se distanciam no que diz respeito aos novos elementos levantados por Furtado em sua análise posterior, tais como a questão da real relevância dos indicadores, o fato de apenas uma minoria ter acesso aos padrões de vida do centro, e a problemática da concentração de renda. O que a Nova CEPAL faz é justamente defender o oposto do que diz Furtado ao estabelecer a necessidade de se buscar na América Latina o ajuste das economias destes países assim como a estabilidade nas mesmas, de maneira a melhorar a credibilidade destas diante dos países centrais; proposição que, na análise de Furtado, seria considerada uma distração dos reais problemas da região.

Outro aspecto entre as duas vertentes que marca sua ruptura é o da abertura comercial, tida pela Nova CEPAL como o caminho para se elevar a concorrência internacional e assim facilitar o acesso das economias latino-americanas às inovações tecnológicas disponíveis apenas no centro. Neste exercício feito pela Nova CEPAL são desconsiderados alguns elementos fundamentais da discussão existente sobre a inserção externa destas economias, como, por exemplo, o fato de apenas uma minoria da população latino-americana estar habituada a ter acesso a essas inovações tecnológicas, e, além disso, o fato de que a presença de tais tecnologias, em economias cuja acumulação de capital não acompanhou sua entrada, aprofunda a concentração de renda na região, assim como explica Furtado. Aliás, o que se percebe aqui é a verdadeira aproximação do pensamento novo cepalino com o viés neoliberal, em alta no momento em questão.

Assim, o caminho adotado por Furtado parece ser o de uma espécie de autocrítica em relação à forma como ele se associava às ideias da CEPAL; o autor analisa os novos elementos que se apresentam e os usa para reconhecer o fracasso da estratégia da

industrialização, reconstruindo sua análise e dando início a um novo momento de seu pensamento. A CEPAL, por outro lado, perde parte de sua influência na região e passa a adotar uma postura muito mais voltada para as reformas conservadoras do que para o enfrentamento dos problemas latino-americanos, como o fez nas décadas anteriores; é como se a Comissão perdesse sua coerência com o passado. Dessa forma, evidencia-se nitidamente como o pensamento de Furtado, mais do que se afasta da CEPAL clássica, representa um afastamento amplo com a forma através da qual evolui o pensamento da Comissão.

Considerações finais

Em síntese, a CEPAL dos anos 1950 e 1960 apresentou afinidades estreitas com o pensamento de Celso Furtado, mas esta relação de semelhança não perdurou ao longo da evolução de ambas as análises. O amadurecimento da visão de Furtado, no que diz respeito à maneira através da qual o autor passa a enxergar as mudanças ocorridas com o PSI, o levam a crer na incompatibilidade das estruturas periféricas com a realidade do mundo desenvolvido. Enquanto o autor evolui direcionando sua atenção para o estudo desta questão, os novos trabalhos apresentados pela CEPAL destoam dos ideais que esta apresentou no passado, assim como também divergem do que afirmava Furtado no momento.

O que se tem, em relação a Furtado, é que o autor não se manteve preso às ideias que defendia nas décadas de 1950 e 1960 – assim como, posteriormente, a CEPAL não o fez. O Furtado mais crítico e político que é apresentado na Seção 2 deste trabalho tensiona tanto com a CEPAL clássica, quanto com a Nova Cepal. O autor acaba fazendo uma espécie de autocrítica na qual, devido à mudança de contexto, Furtado reavalia sua percepção acerca dos acontecimentos e se separa definitivamente das análises feitas pela Comissão, deixando de se influenciar pela CEPAL clássica e assistindo a Nova Cepal seguir por um caminho mais conservador.

A argumentação de Furtado segue confrontando a possibilidade de economias periféricas tornarem-se desenvolvidas (mito), ao passo que a CEPAL segue buscando alternativas com este fim, num primeiro momento via industrialização por substituição de importações e num segundo momento por meio da transformação produtiva com equidade. Desta forma, é possível afirmar que a visão de Furtado não mais mantém relação com a teoria cepalina, embora o nome do autor permaneça ligado à tradição da Comissão. A opção de Furtado o leva à condição de um autor mais crítico, pessimista e voltado para o entendimento

das relações estruturais da periferia – análise esta tão merecedora de atenção quanto as demais.

Referências Bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record.
- BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn. (1990). **La Teoría Del Desarrollo en Transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias (2010). **Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington**. In: CASTELO, Rodrigo. Encruzilhadas da América Latina no Século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CEPAL (1949). **Estudo Econômico da América Latina**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- CEPAL (1990). **Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- CEPAL (1994). **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- DOS SANTOS, Theotonio, (2000). **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FURTADO, Celso (1974). **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso (1968). **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOBBSBAWM, Eric (2011) **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro (1992). **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente.
- TAVARES, Maria da Conceição (1964). **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.